

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.222.868 - SP (2017/0325260-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADOS** : MATILDE DUARTE GONÇALVES - SP048519  
KÁTIA MORAES JARMENDIA - SP163618  
ANDRÉ LUÍS FULAN E OUTRO(S) - SP259958  
**AGRAVADO** : IMOBILIARIA TRABULSI LIMITADA  
**ADVOGADO** : CLÁUDIO MÁRCIO ABDUL-HAK ANTELO E OUTRO(S) - SP111323

**DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interposto por BANCO BRADESCO S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

Apelação — Execução hipotecária — Sentença de extinção do processo de execução, em cumprimento ao acórdão proferido nos autos de embargos à execução — Irresignação improcedente — Embargos de declaração opostos frente àquela decisão já julgados e rejeitados Voto condutor do primeiro julgado determinando a extinção do processo de execução, sem atendimento da pretensão jurissatisfativa, por falta de pressuposto — Questão coberta pelo manto da preclusão.  
Apelação a que se nega provimento.

Nas razões do especial, alega-se violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil/73.

Decido.

2. A irresignação não merece prosperar.

Não há que se falar em violação do art. 535, II, do CPC, pois o Eg. Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes, afigurando-se dispensável que venha a examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.

Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

2.1 Com efeito, o Tribunal de origem consigna que a necessidade de ser extinto o presente processo de execução em razão da falta de pressuposto, vale dizer, a **ausência de liquidez do título** que lhe dá suporte, matéria, inclusive, acobertada pelo manto da **preclusão**.

Portanto, não há que se falar em omissão no julgado, uma vez que a prestação jurisdicional entregue pelas instâncias ordinárias abordou todos os temas ventilados pelas partes.

2.2 É importante salientar que "julgamento omissivo" não é o mesmo que "julgamento equivocado" (ou injusto). Se acaso a decisão não se coaduna com a realidade fática do caso, isto é, se o direito foi mal aplicado à situação delineada nos autos, o recurso deve vir baseado nos artigos de lei federal que tratam da matéria de fundo tratada no caso. Para tanto, não se presta a alegação de mácula ao dispositivo processual que inquina de nulidade os julgamentos omissivos, contraditórios ou obscuros, quando nenhuma dessas máculas eiva na realidade o aresto proferido na origem.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator